

DESAFIOS DA RECUPERAÇÃO ENERGÉTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS
DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS E EFLUENTES

Diógenes Del Bel

Fiesp - Workshop de Saneamento Básico
15/5/2019



A IMPORTÂNCIA DA PORTARIA INTERMINISTERIAL 274/2019

✓ Resolveu uma pendência de mais de 8 anos da PNRS.

A exigência de regulamentação interministerial colocada no decreto 7404/2010 era desnecessária. Foi simplesmente uma postergação da solução do eterno conflito com o movimento dos catadores, exacerbada com a supressão de trecho restritivo da lei 12.305 (PNRS), feita pelo Senado.

Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental,

[trecho suprimido: após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput].

✓ Em termos técnicos, não introduziu requisitos que os OEMAs não exigem ou exigiriam.



PORTARIA INTERMINISTERIAL 274/2019 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Resolução Conama 316 de 2002

Art. 24. A implantação do sistema de tratamento térmico de resíduos de origem urbana deve ser precedida da implementação de um programa de segregação de resíduos, em ação integrada com os responsáveis pelo sistema de coleta e de tratamento térmico, para fins de reciclagem ou reaproveitamento, de acordo com os planos municipais de gerenciamento de resíduos.

Parágrafo único. A partir da licença de operação do sistema de tratamento térmico, deverá ser observado o seguinte cronograma mínimo de metas: ... [chega a 30% em 10 anos]

- Essa exigência está superada pelas políticas públicas posteriores (PFSB e PNRS), e deve ser revogada.

PORTARIA INTERMINISTERIAL 274/2019 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Art. 2º Para efeito desta Portaria Interministerial, são adotadas as seguintes definições:

Usina de Recuperação Energética de Resíduos Sólidos Urbanos - URE:

qualquer unidade dedicada ao tratamento térmico de resíduos sólidos urbanos com recuperação de energia térmica gerada pela combustão, com vistas à redução de volume e periculosidade, preferencialmente associada à geração de energia térmica ou elétrica;

Parágrafo único. A definição prevista no inciso I deste artigo inclui o tratamento por oxidação térmica e outros processos, tais como pirólise, gaseificação ou processos de plasma.

- Geração de energia é obrigatório ou opcional?

PORTARIA INTERMINISTERIAL 274/2019 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Art. 6º Poderão ser encaminhados para a URE os seguintes resíduos:

- *resíduos de limpeza urbana*, originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana; e
- *resíduos domiciliares*, originários de atividades domésticas em residências urbanas.

Parágrafo único. Os resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

➤ Porque limitar outros origens e outros resíduos não perigosos?

Classificação dos resíduos quanto à origem (PNRS)

RESÍDUOS SÓLIDOS

RESÍDUOS URBANOS
resíduos domiciliares
resíduos de limpeza urbana

RESÍDUOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS

RESÍDUOS INDUSTRIAIS

RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE

RESÍDUOS DE SANEAMENTO BÁSICO

RESÍDUOS AGROSSILVOPASTORIS (sic)

RESÍDUOS DE MINERAÇÃO

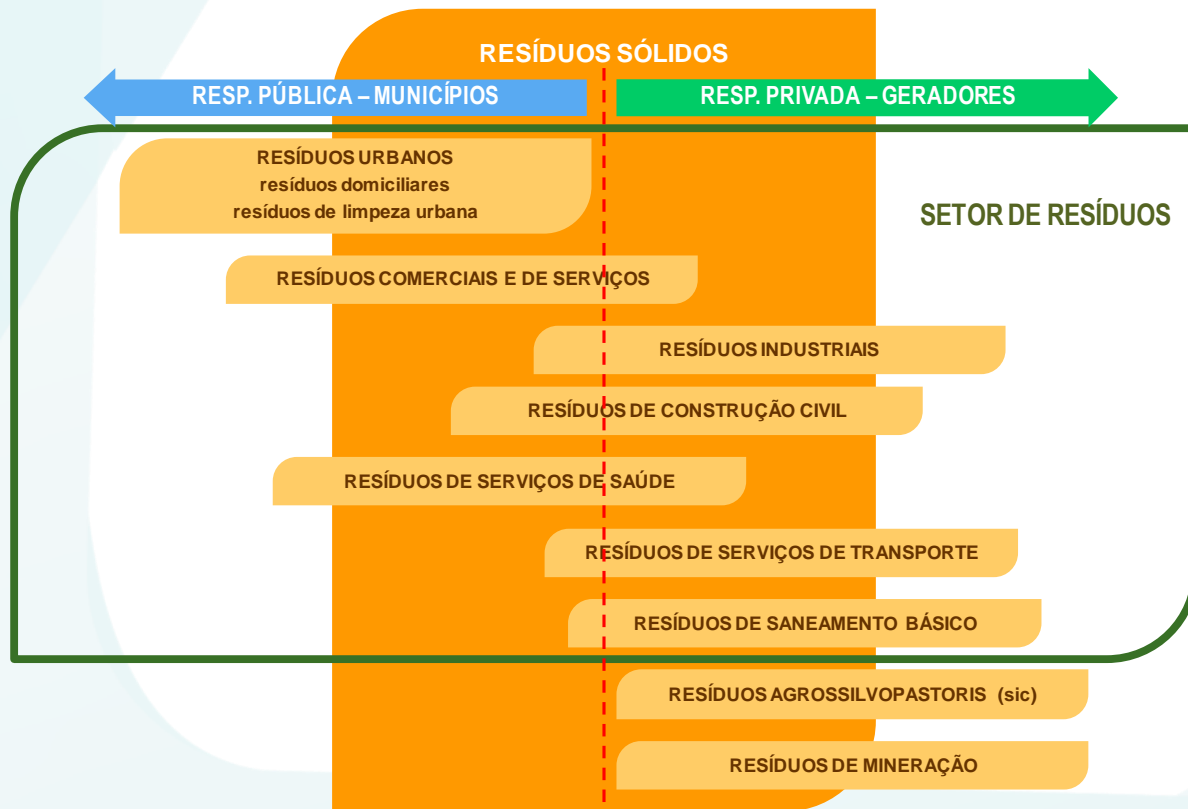
Responsabilidade pelo gerenciamento – segundo a lei



Responsabilidade pelo gerenciamento – na prática



Setor de Resíduos – principais segmentos da prestação de serviços



PORTARIA INTERMINISTERIAL 274/2019 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Art. 4º A recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos está condicionada à comprovação de sua viabilidade técnica, ambiental e econômico-financeira e à implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental competente, nos termos da legislação em vigor.

- A PNRS não exige viabilidade econômico-financeira, apenas técnica e ambiental.
- A PFSB exige a sustentabilidade econômico-financeira dos SLUs, mas do conjunto dos serviços, e não de cada unidade.

PORTARIA INTERMINISTERIAL 274/2019 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

- Seria muito importante que a portaria explicitasse que a comprovação da viabilidade deve ser feita em **dois âmbitos distintos**, os quais dificilmente serão simultâneos:
 - ❖ A **sustentabilidade econômico-financeira** deve ser comprovada no âmbito do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos ou do Plano Municipal de Saneamento Básico. Mas não como atividade isolada, e sim como parte do conjunto de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Essa avaliação já está disciplinada pela Portaria 557/2016 (norma de referência para EVTE).
 - ❖ A **viabilidade técnica e ambiental** deve ser comprovada no processo de licenciamento. Mas como atividade isolada, e não como parte de um sistema. Exatamente ao contrário da sustentabilidade econômico-financeira.



abetre

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS
DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS E EFLUENTES

Rua Estela 515 – Bloco F – Conj.101 – 10º andar

04011-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5081-5351 | (11) 5081-7951

www.abetre.org.br